



## DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, de acordo com o disposto no art. 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, observando-se as seguintes condições:

I - No limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada no art. 5º desta lei, mediante recursos:

a) resultantes de anulação parcial ou total de dotações, conforme inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) provenientes de excesso de arrecadação, apurado nos termos do inciso II, § 1º, e §§ 3º e 4º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964; e

c) produto de operações de crédito autorizadas, conforme inciso IV, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

II - Para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial de 2022, nos termos do art. 43, §1º, inciso I e §2º da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964;

III - Até o limite dos recursos da Reserva de Contingência, observado o disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 7º** Integram esta Lei os seguintes quadros consolidados:

- I. demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;
- II. demonstrativo da receita por categoria econômica;
- III. demonstrativo da natureza de despesa - consolidação geral;
- IV. demonstrativo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, por órgão, unidade e grupo de despesa;
- V. demonstrativo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, por órgão, unidade e programa de trabalho;
- VI. demonstrativo de funções e subfunções, programas por projetos e atividades;
- VII. demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme vínculo com os recursos;
- VIII. demonstrativo da despesa por órgão e funções;
- IX. demonstrativo da despesa por programa;
- X. demonstrativo da evolução da receita e despesa;
- XI. programa anual de trabalho do governo em termos de realizações de obras e prestação de serviços;